

MASSA FALIDA PAVILUX - PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO LTDA

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA

Art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2. SÍNTESE PROCESSUAL	4
3.DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA	6
4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)	10
5.DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA	12
6. DO ATIVO DA MASSA FALIDA	14
7. DO PASSIVO DA MASSA FALIDA	16
8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO	19
9. DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS	21
10. ANÁLISE SOBRE A VIABILIDADE DA CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DA EMPRESA FALIDA	25
11. CRONOGRAMA PROCESSUAL	28
12. GLOSSÁRIO	30
ANEXOS	32

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Terra Boa - Estado do Paraná.

Dra. Mariana Gluszcynski Fowler Gusso


Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado, versando sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência da empresa **Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda**, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, em consonância ao art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005. O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (maio de 2021).

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações financeiras contidas nos **Autos nº 0005304-88.2020.8.16.0185**, prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda, da análise da movimentação processual. Baseiam-se ainda nas diligências realizadas por esta Administradora Judicial, no sentido de obter maior precisão e segurança quanto as informações contidas neste relatório.

O referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de falência. Este relatório e demais documentos relacionados ao presente feito falimentar estão disponíveis para consulta no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 06 de maio de 2021.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066

1

SUMÁRIO EXECUTIVO

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Síntese Processual	Trata-se de pedido de falência proposto em face de Pavilux-Pavimentação e Sinalização LTDA, com base em impontualidade injustificada na forma do art. 94, I da Lei 11.101/2005, sendo decretada sua falência em 23/02/2021, estabelecendo o termo legal no 90º dia anterior ao primeiro protesto por falta de pagamento.
Das Causas e Circunstâncias da Falência	De acordo com o sócio da sociedade falida, as causas da falência se deram em razão de uma crise de liquidez oriunda de retenções realizadas por concessionárias de serviços rodoviários com base em cláusulas de garantias/cauções constantes nos contratos. Em razão da não impossibilidade de manter as despesas operacionais e a pontualidade com os fornecedores, houve a decretação da falência.
Do Procedimento do Devedor	Antes da decretação da falência a sociedade falida apresentou defesa nos autos onde buscar evitar sua quebra. Após a decretação da quebra, a sociedade falida interpôs agravo de instrumento com a pretensão de reversão da decisão que prolatou sua falência, no entanto o referido recurso ainda não fora julgado.
Dos Atos da Administração da Massa Falida	Até o presente momento a AJ nomeada para desempenhar o múnus realizou a lacração do estabelecimento, promoveu a arrecadação dos bens e livros contábeis da Falida. Também vem buscando assumir a representação da Massa Falida nos processos em que é parte.
Do Ativo da Massa Falida	Até o momento, foram arrecadados bens móveis que guarneçam o estabelecimento comercial do Falido, porém este ativo ainda não foi avaliado e realizado, sendo nomeado leiloeiro ao mov. 123 para realização de tais medidas.
Do Passivo da Massa Falida	Fora publicado o edital que trata o art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005 informando um passivo de R\$ 113.424,80 (cento e treze mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos). Em seguida a sociedade falida apresentou nova relação de credores (mov. 98) retificada, atingindo o passivo a cifra de R\$ 5.135.630,34 (cinco milhões cento e trinta e cinco mil seiscentos e trinta reais e trinta e quatro centavos).
Das Ações em Andamento	Foram realizadas buscas em sistemas de consultas processuais, nos quais foram encontrados inúmeros processos preponderantemente em desfavor da Massa Falida.
Da Responsabilidade dos Sócios e Terceiros	Até o presente momento, não fora identificado a realização de sucessão empresarial entre a sociedade falida e terceiros. No mesmo sentido não foi identificado elementos caracterizadores de grupo econômico que acarretem a aplicação do art. 82-A da Lei 11.101/2005 e art. 50 do Código Civil. Também não foram identificados fatores que ensejam eventual responsabilização cível ou criminal do sócio da sociedade falida.
Cronograma Processual	O pedido de falência fora distribuído no dia 27/08/2020, advindo a sentença de quebra no dia 23/02/2021. Fora publicado o edital que trata o art. 99, §1º da Lei 11.101/2005 no dia 09/04/2021 (veiculado 08/04/2021) e houve decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergência diretamente ao AJ no dia 26/04/2021.

2

2. SÍNTESE PROCESSUAL

2.1 SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de pedido de falência intentado por **VIACOLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**, em face de **PAVILUX - PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 17.176.944/0001-17, cuja ação foi distribuída em 01/09/2020, na qual a Requerente alega ser credora da empresa Requerida, em razão de valores não pagos no importe de **R\$ 306.339,25 (trezentos e seis mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos)**, representado por Notas Fiscais de nº 3911, 4170, 3958, 4022, 4018, 4048, 4063, 4071, 4100, 4118 e 4140.

Ato subsequente, em despacho de mov. 11.1, fora determinado a intimação da Requerida para que apresentasse defesa no prazo de 10 (dez) dias, salientando ainda os termos da correção monetária e juros a serem aplicados ao montante na hipótese de realização de depósito elisivo.

Adiante, a Requerida foi devidamente citada em 01/10/2020 (mov. 23.1), apresentando sua contestação ao mov. 22.1, alegando, em síntese, inépcia da petição inicial e falta de interesse de agir. Ainda, alega que houve o desvirtuamento do procedimento falimentar, inexistência de protesto para fins falimentares, inexistência de prova de insolvência da Requerida, bem como pugnou pela condenação da Requerente em litigância de má-fé diante da tentativa de coação de adimplemento de débito pela via inadequada. Ademais, imperioso salientar que a Requerente não promoveu o depósito elisivo.

Diante da contestação apresentada pela Requerida, fora apresentada impugnação à contestação pela empresa Requerente ao mov. 31.

Ex positis, a MM. Magistrada proferiu sentença no mov. 34.1 em 23/02/2021, julgando a ação procedente, **decretando a falência da empresa Requerida, Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda**, nos moldes do art. 94, inc. I e art. 99, ambos da Lei 11.101/2005.

Ato subsequente, a parte Requerente interpôs recurso de Agravo de Instrumento autuado sob o nº 0017962-83.2021.8.16.0000, em trâmite perante a 17ª Câmara Cível do TJPR, com a finalidade de reformar a sentença proferida pelo Juízo a quo, bem como, contendo pedido liminar de efeito suspensivo. Assim sendo, em decisão monocrática ao mov. 17.1 do recurso, em que o recebeu diante da tempestividade, fora indeferido o pedido de efeito suspensivo formulado pela Agravante diante do improvável provimento do recurso

2.2 DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA – CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

Na sentença de decretação da falência acostada ao mov. 34.1, foram determinadas, dentre outras, as seguintes diligências:

a) TERMO LEGAL DA FALÊNCIA: Fixado no 90º dia anterior ao primeiro protesto por falta de pagamento;

b) NOMEAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL DA MASSA FALIDA: Referida sentença nomeou para o encargo de Administrador Judicial o presente peticionante, M. Marques Sociedade Individual

de Advocacia, sob a responsabilidade do **Dr. Márcio Roberto Marques**, o qual aceitou ao múnus ao mov. 62.1, assinando seu competente Termo de Compromisso em 30/03/2021 ao mov. 70.2;

c) AUDIÊNCIA DE OITIVA DO FALIDO: Determinou a realização da audiência diretamente junto à Administradora Judicial, para fins de cumprimento do art. 104, inc. I, da Lei 11.101/2005, o qual fora devidamente realizado em 23/04/2021, conforme vídeo de audiência colacionada ao mov. 110.1;

d) PLANO DE REALIZAÇÃO DO ATIVO: Ademais, houve a determinação de apresentação de Plano de Realização do Ativo arrecadado pela Administradora Judicial nos termos do art. 99, inc. XII, § 3º, da Lei 11.101/2005, o qual será devidamente colacionado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do termo de compromisso, conforme determinado;

e) INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA FALIDA PARA APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO DE CREDORES: A r. decisão determinou ainda a intimação da falida para a apresentação da relação de credores da empresa, nos moldes do art. 99, inc. III, da Lei 11.101/2005, sob pena de desobediência;

f) HABILITAÇÃO DE CRÉDITO: Fora concedido o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital que trata o art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005, para que os credores apresentem suas habilitações e divergências de crédito diretamente à Administradora Judicial;

g) SUSPENSÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS: O Douto Magistrado determinou também que todas as ações ou execuções contra a Falida fossem suspensas, exceto as hipóteses previstas em lei;

h) DISPOSIÇÃO DE BENS: Destarte, a Excelentíssima Magistrada ordenou a proibição de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do Falido, sem prévia autorização judicial;

i) LACRAÇÃO DA EMPRESA FALIDA: Na decisão em comento, a Excelentíssima Magistrada, deixou à encargo da Administradora Judicial decidir, em caso de conveniência justificada, acerca da imediata lacração do estabelecimento comercial do falido, a fim de obstar prejuízos aos credores e interessados;

j) PROVIDÊNCIAS PELA ESCRIVANIA: Por fim, foi determinado pelo Douto Magistrado que a escritania procedesse com as demais diligências necessárias previstas pelo art. 99 da Lei 11.101/2005.

2.3 DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NA LEI 11.101/2005

Compulsando os autos, verifica-se que fora devidamente publicado o edital previsto pelo art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005, no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, edição nº 2947, em 09/04/2021 (veiculado em 08/04/2021), conforme colacionado aos autos no mov. 84.1, em que concede o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de Habilitações e Divergências de Crédito pelos Credores diretamente à Administradora Judicial.

3

DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

3.1 DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

Conforme informações prestadas pelo Sr. Pedro Dambroski, então sócio da sociedade Falida, a bancarrota da empresa se deu em razão de retenções de valores realizadas por Concessionárias contratantes, a título de fianças/garantias pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Massa Falida nos contratos celebrados.

Tais retenções, de acordo com o sócio da Falida, culminaram em inadimplências de débitos tributários, o que obstou a obtenção de CND junto às fazendas públicas, documento este indispensável para celebração de novos contratos com concessionárias de serviços rodoviários, e liberação dos valores dados em garantia/caução em contratos antigos.

Em análise das informações contábeis, evidencia-se que para além da insolvência presumida que justificou a decretação da quebra, conforme restou fundamentado na sentença (mov. 34), a sociedade falida também já enfrentava uma crise de liquidez, melhor elucidada no relatório apresentado por esta AJ ao mov. 85.2.

4

4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

4.1 DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

Em análise aos autos falimentares, antes da decretação de sua falência, a sociedade falida apresentou contestação nos autos, na busca de evitar a aplicação de medida em seu desfavor.

Após ter sua falência decretada, o falido busca pela reforma da decisão que decretou sua quebra (mov. 34.1), por meio da interposição de Agravo de Instrumento autuado sob o nº 0017962-83.2021.8.16.0000, o qual ainda pende de julgamento. Não obstante, também cumpriu as determinações contidas na decisão em pauta, tais como apresentação das documentações requeridas pela Administradora Judicial para fins de análise de viabilidade de continuidade de suas atividades, colacionou aos autos sua Relação Nominal de Credores, dentre outros atos.

5

DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

5.1 DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Na sentença de quebra do devedor ao mov. 34.1, fora nomeada esta Administradora Judicial que subscreve o presente Relatório Circunstanciado para desempenhar o *múnus*, sendo que até o momento já realizou a lacração do estabelecimento comercial da Massa Falida e promoveu a arrecadação de seus bens e livros contábeis que guarneciam referido estabelecimento, bem como automóveis indicados pelo procurador do falido.

Ademais, a Administradora Judicial também já está assumindo a representação da Massa Falida nos processos em que se averigua a existência de bens ou que a mesma figura no polo passivo, em sintonia ao art. 76, parágrafo único da LFRJ, e do artigo 75, inciso V, do Código Processo Civil.

6

DO ATIVO DA MASSA FALIDA

6.1 DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO

Quanto ao **ATIVO** pertencente a Massa Falida, até o presente momento foram arrecadados alguns bens móveis, conforme auto de arrecadação colacionado por esta Administradora Judicial ao mov. 112, quais sejam:

- 1.1 – Caminhão Mercedes Benz – Modelo 1718 – Ano 2011/2011 – Placa ATU-3853 – RENAVAL 0030.970753-6;
- 1.2 – Carreta Modelo Carregar CRMO – Ano 2014/2014 – Placa AYX-2109 – RENAVAL 0102.289492-4.
- 1.3 – 3 Longarinas 3 lugares sem marca;
- 1.4 – 2 Cadeiras giratórias com braço sem marca;
- 1.5 – 1 Cadeira giratória com braço Executiva sem marca;
- 1.6 – 3 Mesas de trabalho sem marca;
- 1.7 – 1 Lixeira sem marca;
- 1.8 – 1 CPU Qbex (intel Celeron);
- 1.9 – 1 Monitor AOC;
- 1.10 – 1 Impressora HP C4280 All-in-One;
- 1.11 – 1 Teclado B Max Bm T01;
- 1.12 – 1 Mouse sem marca;
- 1.13 – 1 Telefone Panasonic com fio;
- 1.14 – 1 Telefone intelbras sem fio;
- 1.15 – 2 Calculadoras sem marca;
- 1.16 – 1 Arquivo aço 4 gavetas sem marca;
- 1.17 – 1 Gaveteiro de madeira com 3 gavetas sem marca.

Destarte, quanto a busca por demais bens passíveis de arrecadação de propriedade da Massa Falida, já foram expedidos ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis de Curitiba e Região Metropolitana, DETRAN, Receita Federal, dentre outros.

6.2 DA AVALIAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Quanto a avaliação dos referidos bens, fora requerido por esta Administradora Judicial, a nomeação de profissional expert para a realização de tal providência e, ato subsequente, seu leilão. Para o devido cumprimento do ato, fora nomeado o Sr. Helcio Kronberg em decisão de mov. 123.1, para que promovesse a apresentação de laudo de avaliação dos bens arrecadados no prazo de 20 (vinte) dias.

6.3 DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Até o presente momento ainda não fora realizado o ativo arrecadado, tendo em vista que ainda pende a avaliação dos bens mencionados alhures, ato este a ser devidamente realizado nos moldes e prazo estabelecido pelo art. 22, inc. III, “j”, da Lei 11.101/2005.

7

DO PASSIVO DA MASSA FALIDA

7.1 DO PASSIVO DA MASSA FALIDA

Quanto ao **PASSIVO** da Massa Falida, fora apresentado ao mov. 67 Relação de Credores pelo Falido, a qual perfazia a monta total de R\$ 113.424,80 (cento e treze mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos). Não obstante, ao mov. 98, houve apresentação de nova Relação Nominal de Credores retificada, com a inclusão de diversos créditos, totalizando o montante de R\$ 5.135.630,34 (cinco milhões cento e trinta e cinco mil seiscentos e trinta reais e trinta e quatro centavos).

Após publicado o edital que se refere o art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005, fora iniciado o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial, nos moldes do art. 7º, §1º, da Lei 11.101/2005. Decorrido o prazo em **26/04/2021**, inicia-se a contagem de prazo para que esta Administradora Judicial apresente Relação de Credores com base nos documentos contábeis da empresa Falida, bem como nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores, nos termos do art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o qual ainda está em transcurso.

Desta forma, no presente momento a Relação Nominal de Credores da Massa Falida ainda não se encontra consolidada e homologada.

8

DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

Com base nas informações constantes nestes autos, bem como nas consultas realizadas nos sistemas Projudi do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, E-proc da Justiça Federal do Estado do Paraná e Santa Catarina, e E-saj do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por esta Administradora Judicial, foram constatadas as seguintes ações em andamento:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU
Mandado De Segurança	0004008-31.2016.8.16.0004	3ª Vara da Fazenda Pública	Curitiba/PR	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.	Município de Curitiba e Outros.
Monitória	0014133-34.2017.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Vimaster Industria e Comércio de Componentes de Vidro Ltda - EPP	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Cumprimento De Sentença (Locação De Móvel)	0004065-82.2018.8.16.0035	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Guia Veículos Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda e outros.
Cumprimento De Sentença (Inadimplemento)	0006402-50.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	CCB Transportes Ltda - Me	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Procedimento Comum Cível (Obrigação De Fazer)	0006438-92.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Adenilson Lima de Andrade e outros.	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Monitória(Inadimplemento)	0008322-59.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Da Vinci Brasil Ltda ME	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Carta Precatória Cível (Citação)	0008659-48.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Credenilson Gomes Teixeira de Castro	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda e outros.
Execução De Título Extrajudicial (Duplicata)	0008803-22.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Traffic Solutions Equipamentos e Serviços de Sinalização Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Procedimento Do Juizado Especial Cível (Espécies De Contratos)	0009928-25.2018.8.16.0033	1ª Juizado Especial Cível	Pinhais/PR	Superfíci Comercial Eireli	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução De Título Extrajudicial (Duplicata)	0010977-04.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Via Brasil Fabricação e Comércio de Tintas Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução De Título Extrajudicial (Contratos Bancários)	0013216-78.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Banco Bradesco S/A	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução De Título Extrajudicial (Espécies De Títulos De Crédito)	0013887-04.2018.8.16.0033	1ª Vara Cível	Pinhais/PR	Rotalux Importação e Comércio Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Procedimento Comum Cível (Obrigação De Fazer)	0001643-09.2019.8.16.0033	1ª Juizado Especial Cível	Pinhais/PR	Dionizio Carlos Vieira dos Santos e Filhos Ltda e Outros	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda e outros.
Procedimento Do Juizado Especial Cível (Inadimplemento)	0019464-64.2019.8.16.0182	6ª Juizado Especial Cível	Curitiba/PR	Elevasul Equipamentos para Construção Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.

Carta Precatória Cível (Espécies De Contratos)	0005685- 04.2019.8.16.0033	1ª Juizado Especial Cível	Pinhais/PR	Ato Consultoria Imobiliaria S S Ltda Claudete da Silva Amaral	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Procedimento Do Juizado Especial Cível (Inadimplemento)	0009826- 66.2019.8.16.0033	1ª Juizado Especial Cível	Pinhais/PR	Elevasul Equipamentos para Construção Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Carta Precatória Cível (Duplicata)	0012872- 63.2019.8.16.0033	1ª Juizado Especial Cível	Pinhais/PR	Restaurante e Hotel Rosário Cubatão Ltda ME	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Procedimento Do Juizado Especial Cível (Inadimplemento)	0000982- 93.2020.8.16.0033	1ª Juizado Especial Cível	Pinhais/PR	Unifor's Comercio De Confeções - Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução De Título Extrajudicial (Títulos De Crédito)	0019506- 40.2020.8.16.0001	4ª Vara Cível	Curitiba/PR	Sêneca Companhia Securitizadora S/A	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda e outros.
Falência	0005304- 88.2020.8.16.0185	1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial	Curitiba/PR	Viacolor Industria e Comércio de Tintas Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda e outros.
Execução De Título Extrajudicial	5063790- 69.2020.4.04.7000	7ª vara Federal	Curitiba/PR	Caixa Econômica Federal	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda e outros.
Execução De Título Extrajudicial	1115194- 61.2019.8.26.0100	10ª Vara Cível	São Paulo/SP	Estratégia e Pontto Comércio de Materiais Urbanos, Sinalização, Locação de Máquinas e Equipamentos e Eventos Ltda.	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução Fiscal	1510853- 54.2020.8.26.0014	Vara das Execuções Fiscais Estaduais	São Paulo/SP	Fazenda Pública do Estado de São Paulo	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Procedimento Comum Cível (Obrigação De Fazer)	1007812- 37.2020.8.26.0047	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal	Assis/SP	José Sodario Leme e outros	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Duplicata	1003696- 80.2019.8.26.0157	1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal	Cubatão/SP	Restaurante e Hotel Rosario Cubatao Ltda-me	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Embargos À Execução	1030665- 55.2019.8.26.0506	5ª Vara Cível	Ribeirão Preto/ SP	Sanen Engenharia S/A	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Cumprimento De Sentença	5004129- 24.2020.8.24.0064	1º Juizado Especial Cível	São Jose/SC	Industria e Comercio Castro & Silva Ltda	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Cumprimento De Sentença	5005269- 93.2020.8.24.0064	1º Juizado Especial Cível	São Jose/SC	Laure, Volpon e Defina Sociedade De Advogados	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Cumprimento De Sentença	5001783- 76.2020.8.24.0072	2ª Vara Cível	Tijucas/SC	Claudete Da Silva Amaral	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.

Cumprimento De Sentença	5008820-81.2020.8.24.0064	1º Juizado Especial Cível	São Jose/SC	Admilson Xavier De Castro	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução de Título Extrajudicial	1115194-61.2019.8.26.0100	10ª Vara Cível	São Paulo/SP	Estratégia E Pontto Comércio de Materiais Urbanos, Sinalização, Locação de Máquinas e Equipamentos e Eventos Ltda.	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução Fiscal	1510853-54.2020.8.26.0014	Vara das Execuções Fiscais	São Paulo/SP	Fazenda Pública do Estado de São Paulo	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.
Execução de Título Extrajudicial	1003696-80.2019.8.26.0157	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal	Cubatão/SP	Restaurante e Hotel Rosario Cubatao Ltda-me	Pavilux - Pavimentação e Sinalização Ltda.

Ainda, encontra-se anexa Certidão de Feitos Ajuizados Trabalhistas, bem como certidão das ações em trâmite perante a Justiça Federal da 4ª Região.

Cumpre-se informar que tal relação teve como base consultas realizadas junto aos sistemas Projudi, Eproc e Pje, nos quais constam apenas registrados os referidos processos eletrônicos e que tramitam nos estados do Paraná e São Paulo, portanto, considere-se que ainda podem existir processos desconhecidos por este Juízo.

9

***DA RESPONSABILIDADE DOS
SÓCIOS E TERCEIROS***

9.1 DA ANÁLISE DE INDÍCIOS / REQUISITOS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL

Compulsando os autos, até o presente momento não se evidencia a prática de sucessão empresarial.

9.2 DA ANÁLISE DE INDÍCIOS / REQUISITOS DE GRUPO ECONÔMICO

Em análises às demandas trabalhistas movidas em face da Massa Falida, esta Administradora Judicial verificou que em diversas delas houve a declaração de grupo econômico entre a Massa Falida e outras empresas, dentre elas uma em que o sócio falido também compõe o quadro societário.

No entanto, os requisitos para configuração de grupo econômico com responsabilização solidária (unificação de ativos e passivos) na seara trabalhista e cível se diferem, na medida em que, na primeira hipótese basta a identificação de direção, controle ou administração em comum, ou ainda formação de grupo econômico conforme preceitua o art. 2, §3º, da CLT. Por outro lado, para eventual declaração de grupo econômico com unicidade dos ativos e passivos na segunda hipótese, é imprescindível a identificação e comprovação dos requisitos previstos no artigo 50 do Código Civil, isto é, abuso de personalidade, caracterizado pela confusão patrimonial ou abuso da personalidade jurídica, conforme estabelecido pelo art. 82-A, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, introduzido por meio da Lei 14.112/2020.

Assim sendo, considerando a imprescindibilidade de comprovação inequívoca acerca dos requisitos estabelecidos pelo art. 82-A da Lei 11.101/2005 e art. 50 do Código Civil, até o presente momento não foram identificadas provas cabais que possam demonstrar possível abuso de personalidade realizado pelo sócio da Falida. Não obstante, cumpre ressaltar que tal fato poderá ser reanalisado por esta Administradora Judicial caso sobrevenham novas informações.

9.3 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SÓCIOS

No que tange a possível responsabilização no âmbito civil do sócio da Falida, esta Administradora Judicial pontua que a priori a Massa Falida está envolvida em diversos litígios no âmbito da justiça cível e trabalhista, conforme tópico retro, entretanto, analisando as mesmos, em conjunto com as informações obtidas autos, não foi possível evidenciar até o presente momento o cometimento de condutas por parte de seu Administrador que ensejassem sua responsabilização pessoal pelo rito do art. 82 da LFRJ.

Entretanto, não descarta a possibilidade de eventual responsabilização do sócio no âmbito cível, após avaliação minuciosa das informações contábeis

9.3 DA RESPONSABILIDADE PENAL DOS SÓCIOS

O doutrinador Paulo F. C. Salles de Toledo afirma em sua obra “Comentários à Falência” que o relatório circunstanciado de falência é considerado “uma das incumbências mais importantes do Administrador Judicial”, além disso, consigna que: “Devem ser fornecidas informações detalhadas acerca da conduta do falido, antes e depois da sentença, e de outros eventuais responsáveis por atos tipificados como crimes

falimentares, ou delitos conexos a estes. A exposição do administrador servirá de base para o oferecimento de denúncia do órgão do Ministério Público. Cabe ressaltar que o relatório em foco deve apontar fatos conducentes não só à responsabilidade penal, mas também à responsabilidade civil do devedor “.

Sendo assim, adentrando a esfera penal, tendo como guia todo o escopo axiológico da Lei 11.101/2005, consoante dicção do Princípio do Rigor na punição de crimes falimentares, esta Administradora Judicial elucida que, ante a ausência de documentos e informações nos autos, não foi possível constatar indícios da prática de condutas típicas, antijurídicas e culpáveis, positivadas na referida legislação. Em outras palavras, o parecer do *Longa Manus* deste Juízo falimentar é de que não foi possível a construção de elementos que corroborem com a prática de crimes falimentares por parte da Falida no âmbito de sua atividade comercial até sua derrocada.

Por fim, esta Administradora Judicial ressalta que, nada obstante suas conclusões colacionadas no presente Relatório Circunstanciado, não existem quaisquer óbices para reanálise do caso e estruturação de novos argumentos, caso sobrevenham novas informações, documentos ou pareceres que alterem as circunstâncias.

10

CRONOGRAMA PROCESSUAL

10.1 CRONOGRAMA PROCESSUAL

27/08/2020	Distribuição do pedido de Falência (Art. 78 LFRJ)
23/02/2021	Decisão Decretação da Falência (art. 99 LFRJ)
09/04/2021	Publicação do Edital de Decretação da Falência e Relação Nominal de Credores da Falida no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (Art. 99, §1, LFRJ)
26/04/2021	Decurso de prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos credores diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
	Apresentação da Relação de Credores elaborada pelo AJ (art. 7º, §2º LFRJ)
	Publicação de Edital de aviso da Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 7º, §2º LFRJ)
	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
	Arrecadação do ativo (art. 108 LFRJ)
	Realização do ativo (art. 139 LFRJ)
	Pagamento aos Credores (art. 149 LFRJ)
	Prestação de Contas pelo Administrador Judicial (art. 22, III, "r", LFRJ)
	Relatório de Encerramento da Falência (art. 155 LFRJ)
	Encerramento da Falência (art. 156 LFRJ)

Eventos ocorridos

Eventos Futuros

11

GLOSSÁRIO

AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
Dec. Lei – Decreto Lei 7.661/1945
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
Falida – Pavilux - Pavimentação e Sinalização LTDA-ME
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
Rel. – Relator (a)
Resp – Recurso Especial
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
§ - Parágrafo
IDPJ – Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

ANEXOS

Durante a realização de diligências, esta Administradora Judicial se dirigiu até o endereço da antiga sede da Falida, fotografando o estabelecimento, conforme fotos infra:



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br